

EPISTEMOLOGIAS DAS EXPRESSÕES CULTURAIS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

¹Emílio Rodrigues Júnior, UNISAL, Junior-emilio@bol.com.br

²Dra. Norma Silvia Trindade de Lima, UNISAL, normalima.unisal@gmail.com

Eixo: Políticas Públicas: Direitos Humanos e Educação

RESUMO

Este artigo trata de uma pesquisa bibliográfica que buscou mostrar os desafios para consolidação de uma educação para as relações étnico-raciais, emancipação humana e formação para a vida, a partir, da publicação da Lei no 10.639/2003 e de seus desdobramentos para atender as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas nos diferentes graus de ensino.

INTRODUÇÃO

O tema da diversidade étnico-racial ganhou força nos debates educacionais no âmbito nacional, resultando na regulação da temática por parte do Ministério da Educação, desse modo, a publicação da Lei 10.639/2003 comprova o sucesso das lutas antirracistas pelos movimentos negros.

As primeiras propostas educacionais dos negros denunciavam o seu abandono e exclusão no sistema educacional, os quais eram fatos que corroboravam para o nível educacional tão baixo. Segundo Gomes (2003) a escola era pensada a partir de valores e intenções que estavam longe de corresponder às necessidades reais da sociedade brasileira, visto que apresentava um modelo de ensino que preservava os interesses da elite brasileira aristocrática, portanto, não contemplava a igualdade de oportunidades aos negros.

O desenvolvimento nacional proposto pelos republicanos pretendia consolidar a civilização brasileira, ou seja, o projeto de nação brasileira e, nesses termos, a educação

¹ Aluno do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL, Unidade Americana.

² Docente do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL, Unidade Americana.

assumia um papel crucial no desenvolvimento da nossa sociedade, uma vez que, a escola era um dos meios que se estabeleciam os parâmetros culturais do branqueamento da população.

O desejo do negro de se afirmar socialmente fez com que estes, organizadamente, dessem ênfase na equiparação e na integração à sociedade brasileira, ou seja, na assimilação de valores da sociedade branca, na qual utilizou a educação como meio de redenção, pois, a educação era vista como um elemento importante na tentativa de se reverter o quadro de degeneração racial presente (CHALHOUB, 2012).

A maior parte das críticas em relação aos efeitos raciais da educação se concentra nos estudos dos demonstrativos de mobilidade social de brancos e negros no Brasil, mesmo que por meio de políticas universalizantes orientadas pelo Estado, ainda demonstram clara diferença de oportunidade para brancos e negros.

Uma das maiores dificuldades da implantação de uma educação étnico-racial no currículo da educação nacional é o mito da democracia racial, segundo o qual não há práticas racistas, além de parecer natural que alunos negros ocupem posições menos valorizadas socialmente na escola e na sociedade ou que tenham desempenho menor, a branquidade é vista como naturalmente superior.

A sociedade brasileira sempre foi multicultural, sendo assim este trabalho justifica-se, a partir do entendimento das mudanças que ocorrem na educação brasileira, é necessário e de grande importância discutir as questões relacionadas à diversidade étnico-racial e a construção de identidades sociais e culturais (CANDAUI. 2008).

OBJETIVOS

Esse estudo tem como objetivo busca colaborar com a compreensão do fenômeno das instituições, discutindo a formação do ser humano para a vida, sendo crítico inclusive ao modelo econômico em andamento, e pretende afirmar o valor das práticas pedagógicas voltadas para uma educação inclusiva, dando ênfase à diversidade étnico-racial e cultural.

MARCO TEÓRICO

O marco teórico deste estudo se pauta em autores de referência nacional que discute a temática étnico-racial, história e cultura afro-brasileira e africana. Os autores que contribui neste trabalho são Sidney Chalhoub, Florestan Fernandes, Petronília Beatriz Gonçalves Silva,

a Lei 10.639/2003 e a Diretriz Curricular Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana estabelecem a educação das relações étnico-raciais, como um núcleo dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino de diferentes graus e como um dos focos e instrumentos utilizados para sua avaliação e supervisão. Segundo Silva (2007) A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos e econômicos.

Neste sentido, a educação das relações étnico-raciais tem como princípios, a emancipação humana, consciência política, história da diversidade e fortalecimento da identidade nacional para combate ao racismo e as discriminações.

A educação para as relações étnico-raciais, história e culturais africana poderá estar relacionado no currículo acadêmico à medida que trabalhamos essa temática como política de inclusão, além de reafirmar que esse debate, provoca outros saberes e são práticas concebidas para confirmar que as políticas institucionais e pedagógicas visam às reparações, reconhecimento e valorização da identidade da cultura e história dos movimentos negros, afro-brasileiros e conseqüentemente as lutas contra o racismo (ARROYO, 2011).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho é considerada pesquisa bibliográfica, uma vez que é o passo inicial na construção do protocolo efetivo da investigação. Ela foi desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e tese. Por ela ter o objetivo de colher informações a respeito do problema em questão, e buscar respostas para fatos e fenômenos, considera-se uma pesquisa descritiva. Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007), este tipo de pesquisa ocorre quando se registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los.

RESULTADOS

Apesar das exigências impostas pelo Ministério da Educação (MEC) e seus instrumentos de avaliação e regulação, não há de fato uma rotina que evidencie cobrança pelo cumprimento efetivo como é solicitado nas DCN's. A pesquisa revela ainda que, inserir os

temas da diversidade étnico-racial nos currículos é um desafio, bem positivo, tendo em vista, o público que frequenta as instituições educacionais traz em sua história muitas crenças africanas. Vale ressaltar que a diversidade étnico-racial é apenas um tema que poderia levar ao surgimento de vários outros, como o respeito à diversidade e aos direitos humanos favorecidos pela inserção da temática nos ambientes escolares.

Na sociedade atual, a relação entre as questões relativas à justiça, superação das desigualdades e democratização de oportunidades e as referentes ao reconhecimento de diferentes grupos culturais se fazem cada vez mais estreitas, amplia-se a problemática de lutas pelos direitos humanos, reconhecimento das diferenças, onde, cada vez mais se afirma a importância dos direitos coletivos, culturais e ambientais.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- BRASIL. RESOLUÇÃO N. 1 de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, ano 144, n. 93, 18 junho 2004. Seção I, p.1.2004.
- _____. **LEI Nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano CXL, n. 7, 09 janeiro 2003. Seção I, p.3.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo:Cortez, 1989.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, Campinas, 2003.
- SILVA, P. B. G. e . Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação** (Porto Alegre), v. 30, p. 489-506, 2007.